

RELATÓRIO DE AUDITORIA

MANEJO FLORESTAL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E
INDICADORES PARA PLANTAÇÕES FLORESTAIS.
PADRÃO NORMATIVO: NBR 14.789:2012 - CERFLOR

EMPRESA AUDITADA: CENIBRA CELULOSE NIPO BRASILEIRA

ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO:

“MANEJO DE FLORESTAS PLANTADAS DE EUCALIPTO NOS SEGUINTE MUNICÍPIOS: Açucena, Alvinópolis, Antonio Dias, Barao de Cocais, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caeté, Cantagalo, Caratinga, Catas Altas, Coluna, Coroaci, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Divinolandia de Minas, Dores de Guanhaes, Ferros, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhaes, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itabira, Joanesia, Mariana, Marlieria, Materlandia, Mesquita, Naque, Nova Era, Paulistas, Peçanha, Periquito, Pingo d'agua, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Sabinopolis, Santa Barbara, Santa Maria de Itabira, Santana do Paraíso, Santo Antonio do Itambé, Sao Domingos do Prata, São Goncalo do Rio Abaixo, São João Evangelista, Sardoá, Sem-Peixe, Senhora do Porto Virginópolis, Virgolândia.

Bureau Veritas Certification

Praça Pio X, 17 – 8º andar

RIO DE JANEIRO/RJ – BRASIL



RESUMO

O Bureau Veritas Certification (BVC) é um organismo de certificação reconhecido pelo INMETRO, que atua como organismo acreditador e é atualmente responsável por executar os procedimentos de auditorias anuais até 2015 (certificado expira em 02 de agosto de 2015) na CENIBRA CELULOSE NIPO BRASILEIRA. Essas auditorias são feitas para avaliar as atividades relacionadas ao à gestão florestal de acordo com os Princípios e Critérios do CERFLOR, NBR 14.789/2012.

A CENIBRA produz A CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S/A, foi fundada em 1973 pela Companhia Vale do Rio Doce, dedicada a mineração, e a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd. - BJP na região do Vale do Rio Doce, leste de Minas Gerais. A empresa iniciou suas operações em 1977. Desde o ano de 1983 a empresa Floresta do Rio Doce era a responsável pela indústria de fornecimento de madeira. Deste então, o fornecimento iniciou a contar com matérias-primas vindas de plantações da Cenibra.

Para formar estas plantações de eucalipto, a empresa usou financiamento do Banco Mundial, obtido no âmbito do Programa de Desenvolvimento Florestal no Estado de Minas Gerais - o Profloresta. A usina foi fundada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Desde 2001, a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd. (JBP), assumiu controle acionário da empresa, enquanto a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada e decidiu vender sua participação na silvicultura. A JBP é formada pelas maiores empresas de papel e celulose no Japão, lideradas pela Oji Paper Co. Ltd., Itochu Corporation e pelo Banco Japonês pela Cooperação Internacional – (Japan Bank for International Cooperation) JBIC.

A empresa é hoje uma das maiores produtoras mundiais de madeira de lei de eucalipto branqueada. sua produção anual é de, aproximadamente, 1,2 milhões de toneladas, das quais 94% estão alocadas em mercados estrangeiros (Europa, Ásia, América do Norte e América do Sul).

A sede e a usina da empresa estão localizadas na CENIBRA Belo Oriente – MG, a 236 km de Belo Horizonte. As áreas que compõem a Unidade de Manejo Florestal Forest (FMU) da CENIBRA estão divididas em 54 municípios de Minas Gerais, organizada em três regiões (Rio Doce, Guanhães e Nova Era).

A usina é alimentada por madeira de áreas próprias e arrendadas, e a madeira comprada de pequenos produtores em sistema de desenvolvimento (que representa cerca de 8% da madeira consumida na indústria). O consumo anual é de cerca de 4.775.000 m³ de madeira. A madeira que é disposta na Fábrica de Celulose é parte da Cadeia de Certificação de Custódia CERFLOR.



O escopo da Certificação já compreende 244.719,09 ha, distribuídos nas regiões de Guanhães, Rio Doce e Nova Era. Para esta auditoria de extensão, incluirão as seguintes áreas:

Regional	Projeto	Município	Área Plantada (ha)	Área Total (ha)	Reserva Legal (ha)	Área de Preservação Permanente (ha)	Outros usos (ha)	Coordenada Geográfica (referência)
----------	---------	-----------	--------------------	-----------------	--------------------	-------------------------------------	------------------	------------------------------------

ÁREAS PRÓPRIAS

Nova Era	Serra do Gongo	Caeté	644.44	1,105.35	196.948	140.45	123.51	43° 34' 45,557" 19° 53' 55,436"
Guanhães	Três Barras	Coroaci	518.14	830.86	166.7	71.72	74.30	42° 21' 8,114" 18° 31' 15,738"
Guanhães	Bidias	Coroaci	223.40	388.47	77.69	52.7	34.68	42° 21' 31,337" 18° 34' 15,557"
Guanhães	Seabra	Coroaci	152.31	363.01	72.52	54.03	84.15	42° 12' 43,953" 18° 36' 27,597"
Guanhães	Pantana	Peçanha	59.25	338.66	80	40.03	159.38	42° 29' 38,185" 18° 36' 13,069"
Guanhães	Carapina	Peçanha	100.49	324.90	64.86	37.35	122.20	42° 26' 48,524" 18° 37' 53,324"
Rio Doce	Figueirinha	Gonzaga	140.41	283.60	76.2	20.21	46.78	42° 31' 49,138" 18° 55' 26,972"
Guanhães	Ribeirão Água Branca	Peçanha	93.24	224.15	45.33	35.2	50.38	42° 39' 15,079" 18° 39' 19,702"
Nova Era	Igrejinha	Santa Maria de Itabira	9.90	186.38	34	28.01	114.47	42° 55' 55,457" 19° 26' 1,555"
Guanhães	Nossa Senhora da Penha	Peçanha	123.11	186.13	37.72	28.02	-	42° 41' 19,312 18° 36' 27,856"



Guanhães	Vida Nova	Peçanha	57.26	134.99	27.5	24.37	25.86	42° 35' 2,97" 18° 38' 40,673"
Guanhães	Conquista dos Alves	Virginópolis	48.09	98.00	45.33	12.41	-	42° 39' 21,631" 18° 43' 29,666"
Rio Doce	Pintassilgo	Açucena	54.76	93.24	18.95	9.24	10.29	42° 35' 5,836" 19° 1' 40,646"

Total **2,224.80** **4,557.74**

ÁREAS ARRENDADAS PLANTADAS

Guanhães	Faz. Taquaral	Dores de Guanhães	255.50	269,04	*	**	-	42° 59' 28,213" 19° 4' 13,19"
			255.50	269,04	*Área de Reserva Legal da propriedade fora área arrendada (correspondente a 248,80 ha de 1.397,20 ha de área total); ** Não há APPs dentro da área arrendada. APPs na propriedade representam 103,12 ha).			

ÁREA TOTAL À SER INSERIDA NO ESCOPO (ha)	4.826,78
REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AO ESCOPO ATUAL (%)	1,98%

A auditoria de extensão ocorreu em um 1,5 (um dia e meio): 16/06 o dia todo e a manhã do dia 17/06/2014. De acordo com o parecer da gerência técnica, por tratar-se de uma extensão de uma pequena área somente os requisitos legais ambientais e áreas de conversão foram auditadas.



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Histórico da organização

Identificação da Organização e das Unidades de Manejo Florestal objeto da Certificação

A empresa foi inicialmente certificada por outro Órgão de Certificação em 2005 e recertificada no dia 12 de agosto de 2010, quando as atividades operacionais foram auditadas e a lista de interessados foi atualizada e ampliada.

O Bureau Veritas Certificação realizou a transferência deste Certificado primeiramente contactando a Cenibra e, em seguida, avaliando os documentos e reclamações. O Bureau Veritas planejou e realizou uma auditoria de transferência, incluindo consulta com os interessados locais (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Diretor de Áreas Protegidas e comunidades). O escopo da certificação foi ligeiramente alterado devido à venda de 500,53 ha de terras para a construção de um assentamento urbano.

A Bureau Veritas, contactou o organismo certificador anterior e a data da transferência acordada foi definida para 30 de junho de 2011.

1.2 Contatos na Organização para o processo de Certificação

Nome da empresa: Celulose Nipo Brasileira – CENIBRA S.A.

Endereço: BR 381, km 172

CEP: 35196-000

Cidade: Belo Oriente, Minas Gerais

País: BRASIL

Situação Legal: S.A.

Código de identificação legal: 42278796/0001-99

Telefone: +55 31 3829 5010

Fax: +55 31 3829 526

E-mail: comunicacaosocial@cenibra.com.br

Website: www.cenibra.com.br



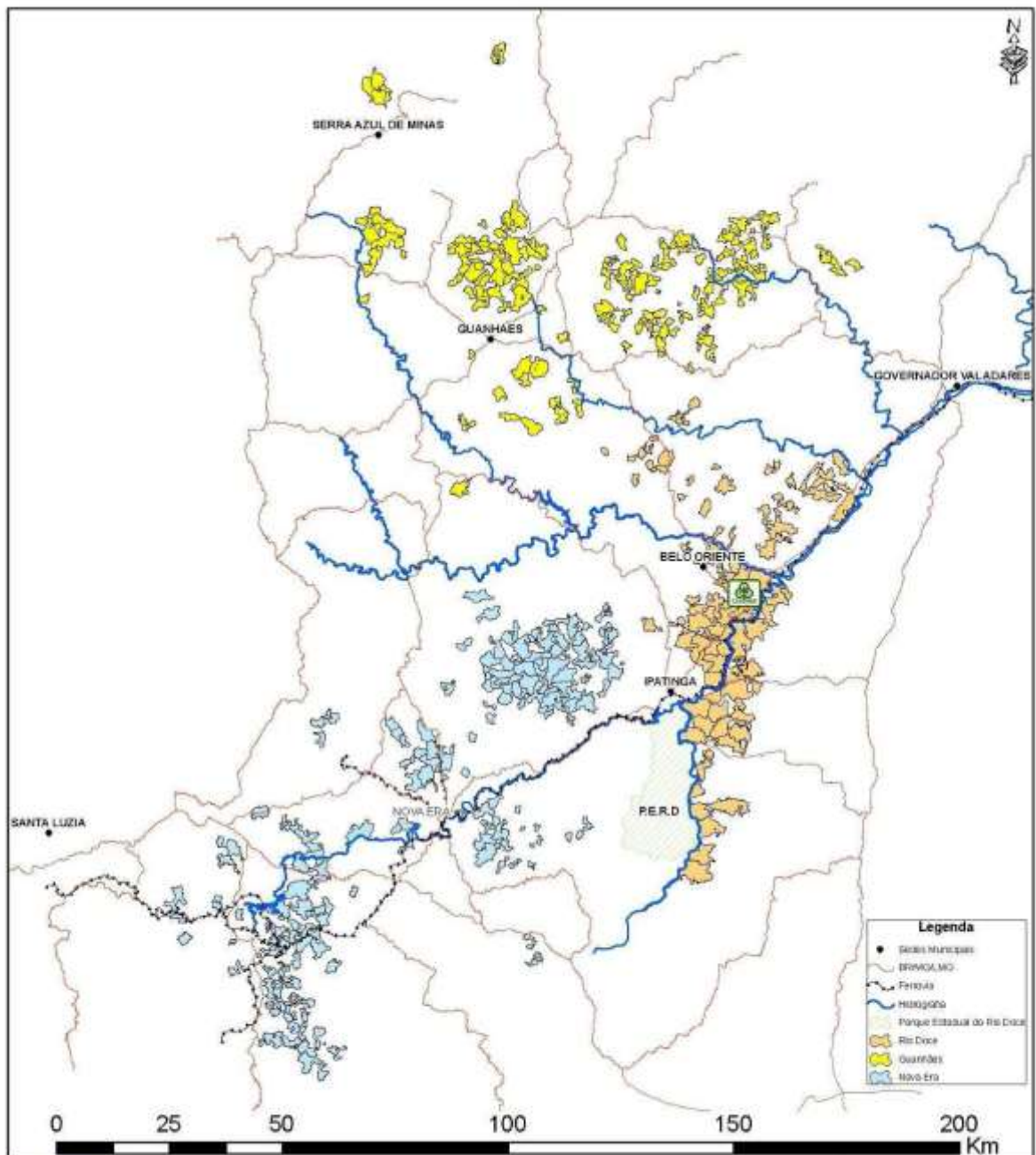
Presidente da empresa de Manejo Florestal: Sr Paulo Eduardo Rocha Brant

Gestor da empresa de Manejo Florestal e Responsável pela certificação CERFLOR): Sr. Sandro Morais Santos

Responsável pela marca CERFLOR: Sra. Maria José Oliveira Fonseca

DRAFT

1.3 Localização e Distribuição de Terras de Florestas Plantadas





1.4 Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais

Área total auditada: **244.719,09 ha**, adicionando nesta auditoria de extensão mais **4.826,78 ha**, totalizando agora **249.545,87 ha**, nos quais:

- Áreas de Manejo Florestal: 247.611,40 ha própria e **1.934,47 ha** arrendada;
- Áreas produtivas: **129.240,24 ha**
- Áreas destinadas à conservação/preservação (não comerciais):
 - Fins de conservação: **104.767,49 ha** (**26.219,33 ha** de Área de Preservação Permanente + **78.548,10 ha** de Reservas Legais)
 - Áreas Naturais Protegidas : Floresta classificada como "floresta com alto valor de conservação": **753,14 ha**

2. Manejo Florestal

Descrição das Áreas Manejadas e seus Processos

A empresa tem um sistema de gestão ativo e certificação ISO 14001, ISO 9001, PEFC e FSC. O sistema é muito complexo, com procedimentos escritos e bem implementados e monitorados.

Há um sistema pré-definido de inventário permanente, com lotes de amostragem permanentes, pelos quais a produção é estimada, o que subsidia as decisões de gestão (novas áreas plantadas, plantio em áreas de cultivo, colheita).

O planejamento estratégico (com um horizonte de 21 anos) é realizado com base na demanda de produção de celulose. Considerações de longo prazo são feitas, tais como produção de madeira, percentual de abastecimento com madeira da própria empresa (e do programa de incentivo florestal ou suprimentos do mercado), definição do estoque mínimo de madeira de pé, aquisição, desmobilização e substituição de terras.

Com base nas considerações de longo prazo, a empresa elabora planos táticos (horizonte de quatro anos) e operacionais (horizonte de 18 meses).



Para o Planejamento Estratégico, é usado um sistema de apoio (PANFLOR) que aplica programação linear para otimizar a seqüência de atividades do processo florestal.

Para o planejamento tático, o SPMP - Sistema de Planejamento de Médio Prazo, em Português, e para o planejamento operacional, o SPCP - Sistema de Planejamento de Curto Prazo, são usados.

Desta forma, a sustentabilidade do projeto é garantida em termos de programas de colheita gerando um programa de plantio com áreas suficientes para suprir a demanda da fábrica a longo prazo.

As atividades operacionais compreendem as seguintes fases principais: Planejamento Técnico, Econômico, Ambiental e Social de projetos florestais - PTEAS (Procedimento 0331 v9), Produção de Mudas (Procedimento 0373 v14), Implementação e Manutenção de Reforma / Regeneração Florestal (Procedimento 0371 v13), Construção , Reabertura e Manutenção de Estradas (Procedimento 0535 v11) e Colheita Florestal (Procedimento 0632 v6). Para um melhor desempenho, as operações ocorrem simultaneamente sobre o processo de produção de madeira (Processo do Plano Geral de Florestas: M0001) e as atividades são padronizadas em todos os distritos da empresa, e os procedimentos estão ativos para desempenhar cada uma.

Como parte do plano de Manejo e relacionado à auditoria interna e o sistema de Manejo, assim como a qualidade de operação / produto, todo o processo produtivo é sistematicamente inspecionados para assegurar a qualidade intrínseca do produto, de acordo com procedimentos operacionais padrão para cada operação. Os riscos para a saúde e segurança e aspectos ambientais são observados de acordo com os procedimentos P0398 v11 (Gestão de Emergências - Processo Industrial) e P0401 (Gestão de Segurança para a Prevenção de Riscos Ambientais).

A) Planejamento Florestal

O plano estratégico tem como objetivo alavancar as condições favoráveis e minimizar as adversidades. Para isso, a Cenibra definiu um Planejamento de Longo Prazo (21 anos), Planejamento de Médio Prazo (4 anos) e Planejamento de Curto Prazo (18



meses). Além disso, a empresa também realiza a PTEAS (planejamento técnico, econômico e social).

PTEAS - Planejamento Técnico, Econômico, Ambiental e Social

De acordo com o Plano de Manejo, o PTEAS (procedimento P0331 v9) é preparado de forma participativa e inter-departamental e usado para assegurar que os princípios econômicos de qualidade e respeito com o meio ambiente são levados em consideração no planejamento das atividades de implantação e reforma da aquisição .

O planejamento começa com uma pesquisa de campo realizada pelos supervisores e monitores, antes da colheita, em que são discutidos e localizados em mapas. Aspectos relevantes sobre o arrendamento de estradas, caminhos e riachos de moagem de carga, entre outros) são levados em conta. São identificadas as principais limitações técnicas (afloramentos rochosos, difícil acesso, subidas estreitas, entre outros), restrições ambientais e legais (passivos ambientais relacionados às áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente suscetíveis à erosão, e sítios de valor histórico ecológico, cultural, religioso ou arqueológico), e as demandas ou necessidades da sociedade (nas proximidades de moradias são considerados os aspectos da geração de poeira, impacto visual, riscos de acidentes, o serviço de água, entre outros).

As mudanças nas análises PTEAS são incorporadas ao micro-planejamento de colheita e silvicultura e alimentam o sistema de registro florestal. Ao longo dos ciclos de floresta, o PTEAS é uma fonte de registro e monitoramento das mudanças no Manejo florestal.

B) Inventário

O uso, conservação e gestão eficientes dos recursos florestais requerem características quantitativas e qualitativas das florestas e vigilância contínua de sua produção (m³ / ha / ano). Este conhecimento é possível através de inventários florestais, uma técnica que utiliza dados da população (amostras) para gerar as estimativas para toda a floresta.

As principais atividades realizadas pela área de medição da floresta CENIBRA são:

- Inventário de sobrevivência
- Inventário Florestal - Pré-Corte (IFPC)



- Inventário Florestal contínuo
- Modelagem do Crescimento e Produção de Prognóstico

C) Viveiros

O viveiro apresenta uma capacidade de produção anual de 24 milhões de mudas. Localizado a cerca de 2 (dois) km da Unidade Industrial da Companhia, a complexa estrutura permite que o controle dos fatores de produção, tais como temperatura, umidade, luz, nutrientes e água.

O material genético é originado a partir do programa de melhoramento e da Companhia de Desenvolvimento Clonal, as mudas são cultivadas em vasos plásticos com substrato de vermiculita, casca de arroz e são manuseados e preparados para o plantio de acordo com o procedimento P0373 v14 (Produção de Mudas Clonais de Eucalyptus).

D) Silvicultura

As áreas operacionais são previamente avaliadas pelo PTEAS. A seqüência e intensidade do desempenho das operações florestais dependem de fatores como tipo de solo, produtividade e material genético do ciclo anterior, declividade, solo e condições climáticas da região, entre outros.

O Procedimento de Controle de Qualidade de Operações de Silvicultura é implementado por subempreiteiros e eles ficam responsáveis pela execução de cada operação, registrando cada controle e as decisões subseqüentes, caso necessário.

Os subempreiteiros usam procedimentos Cenibra ao executar atividades operacionais, o que é checado por funcionários da Cenibra. No entanto, os subempreiteiros também têm seus próprios procedimentos, que também são desenvolvidos em parceria com a Cenibra, quando necessário. Direitos dos trabalhadores são checados de perto pelo Departamento de Saúde e Segurança da Cenibra.



Abaixo estão listadas cada uma dessas operações, e as recomendações técnicas para a conclusão de cada um são feitas anualmente pelo departamento de pesquisa e desenvolvimento florestal.

- Roçagem mecânica e química
- Controle de formigas
- Redução de tocos
- Herbicidas
- Aplicação de fertilizantes e calcário
- Subsolação
- Alinhamento e marcação
- Lavoura
- Plantio
- PTEAS
- Irrigação
- Construção / manutenção de cercas
- Construção / manutenção de aceiros
- Remoção de tocos
- Apara / desbaste de brotos

E) Colheita

O fornecimento de madeira de eucalipto 100% é feito com o sistema de corte raso de floresta, 7 (sete) anos em média, com uma nova reforma ou manejo de regeneração para mais de uma rotação (P0436 v4 - Critério de manejo após a primeira rotação). A colheita florestal é realizada de forma mecanizada, sendo que em situações muito específicas (aproximadamente 2% da área colhida) são realizadas operações semi-mecanizadas (ex: ocorrência de quebra de árvores por vento).

Para a colheita mecanizada são usadas máquinas do tipo Harvester e Forwarder, além de guas para o carregamento de todos os caminhões que transportam a madeira do campo até a fábrica em Belo Oriente ou pátios intermediários nas Regionais da



empresa. Nos casos de colheita semi-mecanizada, a operação de corte é realizada por equipes especializadas com uso de motosserras. As equipes de colheita são formadas por empregados próprios, desde a implementação do projeto de primarização da mão de obra e mecanização da colheita, iniciado em 2012.

F) Recursos Humanos (Mão-de-Obra)

A CENIBRA adota um modelo misto para a utilização dos recursos humanos no desenvolvimento das atividades operacionais e de suporte (silvicultura, colheita, infra-estrutura, topografia). Aquelas atividades em que a mão de obra vem de contratos de terceiros são estabelecidas e geridas de forma a assegurar o cumprimento das leis trabalhistas, da saúde e segurança no trabalho.

A fiscalização da conformidade com o que foi estabelecido no contrato é feita por uma equipe da CENIBRA, conforme estabelecido no procedimento (em Empreiteiros de Auditoria Integrada, P0556 v4). A principal motivação para a terceirização é a existência de empresas especializadas em certas atividades que são realizadas com qualidade.

Recursos Florestais

A) Florestas Plantadas

O documento "Relatório Anual sobre Abastecimento de Madeira 2014 / ano base 2013" que apresenta o planejamento de longo prazo para a colheita e o plantio está disponível no Departamento de Planejamento.

B) Programa de Incentivo Florestal (Fomento)

No Programa de Incentivo Florestal (Programa Relacionado à Comunidade Social), participam 902 fazendas, e são considerados como terras de pequenos agricultores que vivem na região. Essas pessoas estão participando de programa social da Cenibra, em que a empresa fornece mudas e insumos, assim como recursos financeiros aos participantes que assinaram o contrato. O programa fornece um cenário de homem no campo, e uma renda alternativa para o agricultor.



A assistência técnica fornecida pela empresa assegura que todos os participantes tenham o conhecimento necessário para o plantio de sucesso, alcançando qualidade, produtividade e rentabilidade no negócio. O proprietário se compromete a implementar as atividades planejadas dentro das recomendações técnicas, de acordo com o contrato assinado, sendo também responsável por informar o IEF (Instituto Estadual de Florestas) e a CENIBRA sobre qualquer anormalidade. No contrato, a Cenibra cuida dos procedimentos operacionais até o segundo ano após o plantio e, em seguida, o proprietário é o responsável pela silvicultura até o período de colheita.

O Programa de Incentivo Florestal está em vigor desde 1985 e tem trabalhado, até o presente, em estreita colaboração com pequenos proprietários de 38.918 ha. Essas áreas não estão incluídas no escopo da certificação.

C) Outros Fundos Geridos

Os pés de eucalipto que foram previamente inseridos em matas ciliares foram determinados pela condição 05, da Licença LO N° 020 (Licença Ambiental em 12 de setembro de 2008) a que sejam removidos dessas áreas. A madeira gerada nesta ação está sendo parcialmente utilizado como matéria-prima para a fabricação de celulose (até 45 cm de diâmetro) e madeira fora da especificação está sendo comercializada para uso na construção civil, indústria moveleira e outros usos na como madeira maciça. Há também, por meio do Instituto Cenibra, a doação de peças de maior diâmetro e comprimento para a construção de pontes e outros usos pelas comunidades.

Todas as florestas da Companhia (áreas de plantio e florestas nativas) estão disponíveis para a atividade de apicultura, com base em parcerias estabelecidas com associações de apicultores da região. Ao todo, oito associações de apicultores usam áreas da Companhia, com cerca de 500 famílias beneficiadas.

Em algumas áreas, há também a tradição dos chapéus de palha feitos à mão. A coleta de palha de coco Indaiá na região é considerada uma atividade de costume. A CENIBRA oferece acesso às suas áreas a pessoas tradicionalmente envolvidas na cadeia produtiva do artesanato.



D) Áreas Protegidas e Sítios de Interesse Comunitário

A Cenibra tem uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, na Fazenda Macedônia, considerada uma área privada protegida reconhecida pelo IBAMA [1]. Esta RPPN é considerada uma Floresta de Alto Valor de Conservação (tipo 1 e 2).

A Fazenda Macedônia tem uma área total 2.639,63 hectares, dos quais 1.006,54 ha são plantações e cerca de 50% estão cobertos com vegetação nativa. Parte da área de florestas nativas é um dos principais remanescentes de Mata Atlântica no estado, e parte deste (697,45 ha) é reconhecida pelo IBAMA, através da Portaria nº 111 de 14 de outubro de 1994, como um Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN (Área Protegida).

Na Fazenda Macedônia a reintrodução de espécies de aves ameaçadas de extinção vem sendo desenvolvida há 20 anos - o Projeto Mutum, desenvolvido através de um acordo de cooperação técnica entre a CENIBRA e a CRAX - Sociedade de Pesquisa em Reprodução e Manejo de Vida Selvagem, uma organização não-governamental com sede em Contagem - MG. Além deste projeto, 20 km de matas ciliares foram reabilitados nas margens do Rio Doce.

A RPPN possui uma sede onde são realizadas atividades de educação ambiental e apoio à pesquisa. A infra-estrutura seguinte está ativa: moradia para pesquisadores, auditório, celeiro, exposição ecológica, incubadoras de aves, banhos, área para atividades lúdicas, trilhas ecológicas, viveiro de plantas, pomar, represa com passarela interna.

2.1 Características Regionais

As informações apresentadas foram retiradas do Plano de Manejo Florestal da CENIBRA 2014/2015 - versão 10.1.

As áreas de atuação da CENIBRA estão localizadas na região centro-leste do estado de Minas Gerais, entre as coordenadas – Latitude 18°29'25" a 20°15'52" S e Longitudes 42° 07'50" a 43° 35'58" W e pertencem à Bacia do Rio Doce, sub-bacias

¹ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



dos rios Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí Pequeno, Suaçuí Grande e Corrente Grande.

Localizadas na zona tropical, as áreas estão sob influência das massas de ar Tropical Atlântica, Polar Atlântica e as Correntes de Oeste, ventos predominantes do quadrante nordeste-leste. A umidade da região é proveniente do Oceano Atlântico, e os dados de umidade relativa observados nas estações meteorológicas próprias da CENIBRA evidenciam um período de valores mínimos mensais em agosto / setembro e máximas em dezembro.

Nas áreas mais baixas, com altitudes de até 500 m, a temperatura média é superior a 18° C. O inverno é ameno, estando as quedas de temperaturas associadas à penetração da massa polar. O verão é quente, indo de outubro a março. A temperatura média oscila na encosta da serra do Espinhaço entre 20° C e 24° C. Nas áreas mais elevadas, em altitudes entre 900 e 1.000 m, os verões são amenos. A temperatura no mês mais quente oscila entre 18° C e 20° C. No inverno as temperaturas baixam para 8° C a 10° C, podendo atingir 0° C.

O regime pluviométrico apresenta dois períodos definidos: um chuvoso, de outubro a março, com maiores precipitações ocorrendo em dezembro, e um período de estiagem que vai de abril a setembro. A distribuição de chuva na região é bastante heterogênea. As áreas de maior altitude são as que apresentam maiores totais anuais de chuva, variando entre 1.200 e 1.600 mm. Nos fundos de vale e na região da sub-bacia do Rio Suaçuí Grande, os totais anuais variam entre 1100 e 1300 mm.

A área de domínio do projeto de base florestal da CENIBRA está inserida no bioma Mata Atlântica, que é representada na região pela tipologia denominada Floresta Estacional Semidecidual, cujo remanescente de maior expressão é o Parque Florestal do Rio Doce. Ocorrem também na região ambientes nativos não florestais como os campos de altitude, campos rupestres, matas de cadeia, áreas alagadas e afloramentos rochosos.



A CENIBRA monitora as suas áreas de reserva legal e de preservação permanente. Um levantamento inicial classificou as áreas preservadas pela CENIBRA (reserva legal e preservação permanente) com relação ao estado de conservação destas áreas. Esta classificação consistiu na base de informações para tomada de decisão sobre quais locais necessitam de recuperação ambiental, formação de corredores ou aprimoramento de estudos ambientais. Após a conclusão desta classificação foram implantados monitoramentos da flora nas áreas preservadas, elaborado o projeto de formação de corredores ecológicos e iniciadas atividades de recuperação ambiental.

2.2 Programas Sócio-ambientais e de Relacionamento

A seguir estão relacionados todos os programas de natureza sócio-ambiental desenvolvidos com foco nas operações florestais da empresa, conforme apresentado no Plano de Manejo Florestal da CENIBRA 2014/2015 - versão 10.1 – e informações obtidas durante o processo de auditoria.

- A Política do Sistema Integrado de Gestão da CENIBRA estabelece o compromisso da manutenção do diálogo permanente com clientes, fornecedores, empregados, comunidades e demais partes interessadas. A comunicação com as partes interessadas no processo florestal é feita corporativamente pelas áreas de Comunicação, Meio Ambiente e Relações com a Comunidade (Instituto CENIBRA). Existe um procedimento para o tratamento das comunicações recebidas (questionamentos, reclamações, solicitações, dentre outros), que estabelece o fluxo de ações visando à resposta às comunicações (PO552 v8 – Comunicação com Partes Interessadas). Pedidos específicos por doações, de qualquer natureza, são avaliados pelo Instituto CENIBRA, que emite parecer e aciona as áreas internas pertinentes.

São desenvolvidos projetos sociais em parceria com institutos locais e governos. Deve-se destacar o programa social realizado com o sindicato de trabalhadores rurais locais "Parceria Agrícola Santa Bárbara", iniciado em outubro de 2000 juntamente com o Município de Ipaba, a EMATER e pequenos proprietários de terras. Neste projeto agrícola, a Cenibra fornece terra e alguma assistência técnica (parte da terra e insumos), a EMATER fornece a assistência técnica de agricultura e o Sindicato



dos Trabalhadores auxilia com o apoio legal e institucional. A seleção das famílias é feita pela vocação para o trabalho agrícola e vulnerabilidade alimentar. As famílias têm um contrato de três anos, como um projeto. A Comissão instaurada avalia a inclusão ou exclusão de famílias.

Atualmente, a Cenibra apóia quatro projetos: Santa Marta (127 famílias), Belo Oriente (86 famílias), Boa Vista / Guanhães (12 famílias), Ipabinha (84 famílias).

Dados de todos os vizinhos são registrados e gravados referentes à propriedade e as atividades econômicas e sociais realizadas nos arredores. São feitas reuniões por região para fornecer informações sobre incêndios florestais, leis e o meio ambiente, entre outros. O aspecto principal do encontro é o conhecimento mútuo da equipe técnica da CENIBRA e vizinhos, iniciando uma troca de informações e um relacionamento mais próximo.

Na região de Nova Era, há uma tradição de chapéus de palha feitos à mão. A produção de palha e artesanato feito de folhas de palmeira é considerada uma atividade de costume. A CENIBRA oferece acesso às suas áreas a comunidades tradicionais envolvidos na cadeia produtiva do artesanato.



3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação

O processo de avaliação foi efetuado com base no Escopo de Certificação descrito acima, conforme o Padrão Normativo **NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais** conhecido como **CERFLOR**, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – é uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, reconhecida pelo Conmetro como Fórum Nacional de Normalização. A ABNT é o organismo responsável pelo processo de elaboração e revisão das normas do Programa Cerflor.

As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e partes interessadas (universidades, laboratórios, organizações não governamentais e outros). Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/NOS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

A Norma **NBR 14.789:2012** foi elaborada pela Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET) de Manejo Florestal, formada por especialistas brasileiros representantes dos setores envolvidos. O Padrão Normativo aqui utilizado faz parte do Sistema Brasileiro de Certificação, em que o INMETRO estabelece as regras para o processo de Certificação.

Em 19 de outubro de 2005 o CERFLOR passou a ser reconhecido pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC). O PEFC é um conselho sem fins lucrativos, que atua de forma independente, tendo sido fundado em 1999 com o objetivo de promover o manejo florestal sustentável em todo o mundo.

Atualmente conta com 25 sistemas de certificação florestal reconhecidos que passaram por avaliações técnicas. No Brasil o reconhecimento se deu por intermédio do INMETRO, que atua como organismo acreditador, estabelecendo regras



específicas para o sistema de certificação do CERFLOR. Maiores informações podem ser obtidas pelo website www.pefc.org.

O CERFLOR contempla um conjunto de princípios, critérios e indicadores, incluindo requisitos ambientais e sociais, a serem atendidos pela organização auditada. No processo de avaliação todos os requisitos normativos são verificados nas unidades de manejo, objeto da certificação.

São ao todo 05 (cinco) Princípios, relacionados às atividades de manejo florestal, como indicado a seguir:

Princípio 1: Cumprimento da Legislação;

Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade;

Princípio 3: Zelo pela diversidade biológica;

Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar;

Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.

Os princípios estabelecidos nesta norma constituem a referência para o manejo florestal.

De acordo com o estabelecido no próprio padrão normativo NBR 14789:12, destacamos que:

“Os princípios são desdobrados em critérios, que são a expressão dos requisitos que descrevem os estados ou dinâmicas de um ecossistema florestal e do sistema social a ele associado”.

“A verificação do cumprimento de cada critério é estabelecida mediante a avaliação do atendimento de um conjunto de indicadores específicos, que podem ser quantitativos ou qualitativos”.

“Dependendo da localização e da finalidade da unidade de manejo florestal, nem todos os indicadores serão aplicáveis. Contudo será sempre necessário avaliar todos aqueles pertinentes à situação local”.

3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação



O BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC) está credenciado pelo INMETRO para realização de certificações de manejo de florestas plantadas com base na norma NBR 14789:2007, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo credenciador.

O objetivo do BVC é realizar serviços de certificação com alta credibilidade, sendo este o motivo pelo qual optou em realizar tais certificações de acordo com os requisitos do Sistema Brasileiro de Certificação

Dados para Contato

Escritório São Paulo:

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr. José Antônio Ferreira da Cunha: Certification Technical Manager

Av. do Café 277 – Torre B – 5º andar

04311-000 SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 5070-9800

Fax: (0**11) 5070-9000

E-mail: lucia.nunes@br.bureauveritas.com



3.3. Responsável pelo OCF

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr Luiz Carlos Martins (Diretor de Certificação)

Av. do Café 277 – Torre B – 5º andar

04311-000 SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 5070-9800

Fax: (0**11) 5070-9000

E-mail: luiz-carlos.martins@br.bureauveritas.com

3.4. Descrição do Processo de Auditoria

O processo de auditoria de transferência do CERFLOR compreende:

- Planejamento inicial da auditoria;
- Definição da equipe de auditoria;
- Avaliação documental quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Avaliações de campo quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Emissão e publicação do relatório de auditoria;
- Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (caso pertinente);
- Emissão de relatório final após avaliação de ações corretivas (caso pertinente) e demais questões pertinentes.

Por se tratar de uma auditoria de extensão de escopo, onde o certificado será remetido, a gerência técnica do Bureau Veritas considerou não ser aplicável a realização de auditoria inicial ou a realização de reuniões públicas.



3.4.1 Definição da Equipe de Auditoria

A seguinte equipe foi designada para a realização desta auditoria:

Nome	Função na Equipe	Formação Acadêmica
Juliana Bueno Colpas	Auditora Líder	Bióloga e Química, subcontratada.

3.4.2 Planejamento e Realização da Auditoria

De acordo com o Escopo de Certificação pretendida, foram executadas as seguintes atividades: análise de documentação, verificações em campo, entrevistas com colaboradores da empresa, prestadores de serviços e partes interessadas.

Foi também avaliado o parecer da empresa sobre os questionamentos, recomendações e comentários das partes interessadas, através de entrevistas em campo e consultas às instituições governamentais e comunidades.

Como todo o processo de Auditoria, as avaliações ocorreram conforme plano de auditoria estabelecido previamente, considerando o tamanho e complexidade das atividades da empresa e caráter amostral de um processo de auditoria.

Ao longo das avaliações nas instalações e propriedades da empresa, foram realizadas consultas formais às partes interessadas.

Auditoria de extensão de escopo				
Pessoa	Data	Hora	Local	Atividade
JBC	16/06/2014	manhã	Belo Oriente - Fábrica	Reunião de abertura e verificação dos principais itens de requisitos legais



Auditoria de extensão de escopo				
Pessoa	Data	Hora	Local	Atividade
JBC	16/06/2014	tarde	Deslocamento para a região de Guanhães	
JBC	17/06/2014	manhã	Guanhães	Auditoria na fazenda Três Barras
JBC	17/06/2014	tarde	Deslocamento para Ipatinga e Reunião de encerramento na fábrica de Belo Oriente	

3.5 Relatório Detalhado

Esta seção demonstra as evidências coletadas pela equipe de auditoria durante o processo de avaliação. A abordagem de auditoria se deu a partir dos processos da organização, de acordo com um plano de trabalho previamente elaborado. Em cada processo auditado foi dada ênfase aos princípios e critérios do CERFLOR pertinentes, conforme demonstrado abaixo.

3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal

3.5.1.1. Princípio 1

As exigências legais foram avaliadas checou as licenças principais (de operação, de retirada de água, convenções da OIT, licenças ambientais, código florestal e registros governamentais).

A Companhia está em conformidade com a atualização da lista de exigências legais e identificou os responsáveis por esta atividade. Ela também havia informado e aplicados os regulamentos e as normas necessários em suas operações. Acordos com os procuradores que foram comprovados: Acordo de Ajuste de Conduta (TAC).

Os dados históricos de compra de terras e da floresta também foram verificados.

Não houve NC s levantadas devido ao descumprimento de requisitos legais.

Evidências obtidas:

DN – Deliberação Normativa, 74 de 2004. Legislação estadual, a qual preconiza o instrumento de licenciamento da atividade de sivilcultua. Áreas menores que 500ha, estão isentas do licenciamento.

- Serra do Congo. Propriedade própria, sob matrículas 13281 e 13283.



DAIA – Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – N.431-D, emitido pelo IEF – Instituto Estadual Florestal, Minas Gerais. Município de Caeté. Licença vencida em 28 de março de 2007 em processo de renovação, protocolada em 21 de novembro de 2006.

- Três Barras. Propriedade própria, sob matrículas 190, 2195, 2862, 3808,4070,4071,4687,5012, 6134,8333. Município de Coroaci

LO. 020, válida até 12 de setembro de 2016.

- Bidias. Propriedade própria, sob matrículas 4446,6065,99928. Município de Coroaci.

LO. 020, válida até 12 de setembro de 2016.

- Seabra. Propriedade própria, sob matrícula 9877. Município de Coroaci.

Não há licença, pois a área de plantio 152ha.

- Pantana. Propriedade própria, sob matrícula 6346. Município de Peçanha.

LO. 020, válida até 12 de setembro de 2016.

- Carapina. Propriedade própria, sob matrículas 1090, 4815, 9342. Município de Peçanha.

LO. 020, válida até 12 de setembro de 2016.

- Figueirinha. Propriedade própria, sob matrícula 4057. Município de Gonzaga.

LO. 020, válida até 12 de setembro de 2016.

- Ribeirão Água Branca. Propriedade própria, sob matrículas 1508, 2955, 5338. Município de Peçanha.

- Igrejinha. Propriedade própria, sob matrícula 1426. Município de Santa Maria de Itabira.

- Nossa Senhora da Penha. Propriedade própria, sob matrícula 4190. Município de Peçanha.

- Vida Nova. Propriedade própria, sob matrícula 9064. Município de Peçanha.

- Conquista dos Alves. Propriedade própria, sob matrícula 3802. Município de Virgíópolis.

- Pintassilgo. Propriedade própria, sob matrícula 1664. Município de Açucena.

- Taquaral. Arrendamento sob contrato CNB – 332/04. Proprietário Santuza Vieira Campos, Carolina Vieira Campos, Alexandre Vieira Campos, Luciana Vieira Campos. Contrato formado em 01 de setembro de 2004, vigente por 15 anos. Matrículas: 10795, 11026, 12792, 12793, 22977. Município de Guanhães.



Análise de Conversão de Áreas:

Frente ao estudos realizado pela Cenibra com base nas imagens LANDSAT 1993, CARTA do IEF e imagem SPOT 2003, não houve conversão de vegetação nativa nas áreas que adentrarão neste escopo, após 1994.

3.5.1.2. Princípio 2

Os procedimentos operacionais estão devidamente escritos e disponíveis no site. A empresa usa diferentes tipos de clones a fim de manter uma diversidade mínima.

A Companhia estabeleceu o monitoramento das operações florestais. Os ambientes afetados também são monitorados, tais como flora e fauna, o consumo de água, desempenhos ambientais, os dados de restauração florestal (mudas e biodiversidade), os impactos de colheita, eficiência da gestão, entre outros. As frequências de monitoramento variam de acordo com as atividades.

As operações executadas por subempreiteiros são avaliadas por um funcionário semanalmente e tem um relatório escrito por semana.

O gênero que é utilizado comercialmente pela Companhia é totalmente adaptado às diferentes regiões ocupadas pelas plantações, devido aos métodos de reprodução da empresa desenvolvidos recentemente.

Resultados da fauna, flora e HCVFs, assim como as atividades operacionais são anualmente incorporadas ao plano de Manejo.

Inventários florestais permitem que mudanças de produtividade nas plantações sejam rastreadas, assim como as ações em campo, o desenvolvimento de médio e longo prazo de planos operacionais e os orçamentos.

3.5.1.3. Princípio 3

As zonas de preservação são delimitadas (matas ciliares, reserva legal, florestas naturais). As espécies ameaçadas e seus habitats são conhecidos e mapeados. O monitoramento de espécies (flora e fauna) é feito periodicamente pela equipe da empresa e especialistas de universidades e institutos de pesquisa. Dados são registrados e a análise é feita periodicamente. O impacto sobre os ecossistemas naturais e na flora e fauna é monitorado por projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

A criação de corredores ecológicos, a restauração de áreas degradadas e as ações de conservação das reservas legais e áreas de preservação permanente são realizadas de maneira adequada.



Há uma cooperação com o Parque Estadual do Rio Doce, em que a Cenibra contribui para qualquer emergência relacionada ao risco de incêndio e monitoramento, no parque e arredores.

3.5.1.4. Princípio 4

A Cenibra desenvolveu um procedimento chamado PTEAS, que fornece detalhes sobre a propriedade, a terra, as características ambientais e sociais da área antes das atividades operacionais ocorrerem.

A lista de registros de produtos químicos foi apresentada, assim como uma política para reduzir o uso de produtos químicos. A empresa pediu a diminuição de produtos químicos controlados (Sulfuramida, deltametrina, fipronil para formigas e cupins, triadimenol).

Em um dos documentos de transporte, o FISPQ não estava disponível junto do produto químico.

O controle biológico feito pela Companhia é aprovado pela Agência Federal. Não são usados organismos geneticamente modificados nas terras florestais incluídas no escopo do Certificado.

São levadas em consideração as melhores práticas de conservação do solo e manutenção das estradas dentre os procedimentos da Companhia.

Sistemas Corta-fogo e outros sistemas de monitoramento (controle de pragas, torres de incêndio, planos de emergência) são monitorados para proteger o sucesso das plantações.

Os impactos relacionados às atividades da empresa foram avaliados por avaliações de risco e de procedimentos. Os trabalhadores estão cientes dos riscos potenciais de suas atividades, treinamento às quais é fornecido para cada posto de trabalho.

3.5.1.5. Princípio 5

Não foi auditado neste auditoria de extensão.

3.5.2. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:

- Sr. Paulo Dantas - Coordenador de Meio Ambiente Industrial e Florestal
- Sr. André Sanches – Engenheiro Florestal
- Sr. Jacinto Lana – Especialista Ambiental



- Sr. Marcos Rodrigues Júnior – Supervisor Operação Florestal;
- Sr. Roberto de Souza Marta - Supervisor Operação Florestal;
- Sr. Luiz Gustão – Monitor Florestal;
- Sr. Davi de Costa Pereira – Operador de Máquinas de Colheita;
- Sr. Lucas de Oliveira Caldeira - Operador de Máquinas de Colheita;
- Sr. Diego Eduardo Soares - Operador de Máquinas de Colheita.

3.6 Não Conformidades Registradas

Durante a auditoria de extensão não houve não conformidade.

3.7. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas

Durante a auditoria de extensão não foram registradas oportunidades de melhoria (OM) e Observações (OBS).

4. CONSULTAS PÚBLICAS

4.1. Consulta às partes interessadas

Nesta auditoria não houve consulta às partes interessadas, pelo fato da gerência técnica não considerar necessário.

5. CONCLUSÃO

A equipe de auditoria avalia que Cenibra possui um sistema capaz de assegurar que os requisitos padrão da norma sejam atendidos em sua unidade de Manejo, englobando as novas áreas da extensão deste escopo.



O BUREAU VERITAS CERTIFICATION, seguindo os procedimentos de auditoria do CERFLOR, é favorável à continuidade da certificação da CENIBRA, de acordo com o padrão normativo NBR 14789:2012.

DRAFT